

MOTHER-CHILD RELATIONSHIP: CONCEPTUAL AND HISTORICAL REFLECTIONS IN THE VIEW OF PSYCHOANALYSIS AND PSYCHIC TRANSMISSION BETWEEN GENERATIONS

Denise Machado Duran Gutierrez¹, Ewerton Helder Bentes de Castro², Karine Diniz da Silva Pontes³

RESUMO

Desenvolvemos aqui um estudo teórico sobre maternidade centrado no vínculo mãe-filho. Através do exame conceitual sobre a maternidade a contextualizamos como objeto sócio-histórico que se modifica no tempo-espço da cultura. Desse modo podemos falar em “maternidades” e não em uma única forma de vivenciá-la e apreender sua complexidade enquanto fenômeno psicossocial. Ao mesmo tempo conduzimos nosso olhar para as relações afetivas e vinculares que se estabelecem na família reconhecendo as contribuições da psicanálise da transmissão psíquica enquanto forma de elucidar certos processos que identificamos na família contemporânea. A formação de vínculos muitas vezes condiciona a saúde futura dos sujeitos e aparece como elemento central em seu desenvolvimento psíquico. Para o estabelecimento dos vínculos afetivos contribuem elementos transmitidos pelas gerações anteriores que funcionam como precipitados e cristalizações, configurando microuniversos relacionais dentro dos quais as interações acontecem. Destacamos assim que os princípios que compõem a análise da transmissão psíquica, como a importância das relações intersubjetivas, os mecanismos de defesa que sustentam a transmissão de conteúdos não elaborados, a função da transmissão, e as formas de apropriação são assim primordiais para a compreensão mais aprofundada do processo de formação do vínculo mãe-filho e merecem atenção nos estudos na área.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; vínculo mãe-filho; Transmissão psíquica.

ABSTRACT

We develop here a theoretical study on maternity centered in the bond mother-child. Through the conceptual examination on the maternity we contextualize it as social historical object that modifies in the time-space of the culture. In this manner we can speak about “maternities” and not in an only form to live it and to apprehend its complexity while psychosocial phenomenon. At the same time we look to affective relations and bonds established in the family recognizing the contributions of the psychoanalysis of the psychic transmission as forms to elucidate certain processes that we identify in the contemporary family. The formation of bonds many times conditions the future health of the individuals and appears to be a central element in its psychic development. For the establishment of the affective bonds contribute elements transmitted for the previous generations that function as precipitated and crystallizations, configuring micron reflationary universes in which the interactions happen. We point out the principles that compose the analysis of the psychic transmission, as the importance of the inter subjective relations, the defense mechanisms that support the transmission of contents not elaborated, the function of the transmission, and the forms of appropriation are primordial for the deep understanding of the process of formation of the bond mother-child that deserve attention in the studies in the area.

¹ Psicóloga, Doutora em Saúde da Mulher e da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira - FIO CRUZ, R.J. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal do Amazonas.

² Psicólogo, Doutor em Ciências. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Assistente Social e Psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

KEYWORDS: Maternity; bond mother-son; Psychic transmission.

RESUMEN

Desarrollamos aquí un estudio teórico de la maternidad centrada en el enlace madre-hijo. A través de la exanimación conceptual en la maternidad nosotros la contextualizamos como objeto socio-histórico que si se modifica en el tiempo-espacio de la cultura. De este modo podemos hablar en “maternidades” y no en una única forma de vivir la y aprehender su complejidad mientras fenómeno psicosocial. Al mismo tiempo conducimos nuestra mirada a las relaciones afectivas y al lazo que si establecen en la familia que reconoce las contribuciones del psicoanálisis de la transmisión psíquica como formas para aclarar ciertos procesos que identifiquemos en el contemporáneo de la familia. La formación de enlaces muchas veces condiciona la salud futura de los individuos y aparece como elemento central en su desarrollo psíquico. Para el establecimiento de los enlaces afectivos contribuyen los elementos transmitidos por las generaciones anteriores que funcionan como precipitados y cristalizaciones, configurando los micro universos de los cuales las interacciones suceden. Los principios que componen el análisis de la transmisión psíquica, como la importancia de las relaciones intersubjetivas, los mecanismos de defensa que apoyan la transmisión del contenido no elaborado, la función de la transmisión, y las formas de su apropiación son así primordiales para la comprensión profundizada del proceso de la formación del enlace madre-hijo y merece atención en los estudios en el área.

PALABRAS-CLAVE: Maternidad; madre-hijo en enlace; Transmisión psíquica.

INTRODUÇÃO

Abordar o tema da maternidade e do vínculo mãe-filho é relevante para a ampliação dos conhecimentos dentro do campo da Psicologia, e, em especial, da Psicologia do Desenvolvimento. Através da maternidade, as gerações se produzem e se reproduzem, e, de acordo com o contexto sócio histórico cultural, haverá variações na forma em que pais e filhos se relacionam, gerando diferentes modalidades na formação de vínculos futuros.

Mesmo com o advento dos métodos anticoncepcionais, muitas mulheres optam por se tornarem mães, pois para algumas a maternidade representa ainda uma possibilidade, e das mais valiosas, de completarem-se como pessoas.

Transformações históricas mudaram o papel da mulher na sociedade, bem como a forma de relacionamento pais-filhos. Apesar da maior demonstração de afeto, entretanto, muitas mães e pais ainda vivenciam dificuldades no desempenho de seus papéis, especialmente no que se refere à conciliação entre sua função de autoridade e sua função de provedores afetivos. O presente artigo pretende focar a relação mãe-filho, realizando uma reflexão sobre os fatores que influenciam a formação do vínculo afetivo entre ambos, considerando as mudanças históricas a respeito do papel materno, os períodos críticos para a formação do vínculo, desde a gravidez até os primeiros dias de vida da criança, bem como uma reflexão sobre a transmissão psíquica entre gerações, a fim de melhor compreender a influência da história de vida materna na estruturação do vínculo com seu filho.

MATERNIDADE – UM POUCO DE HISTÓRIA

Realizar um levantamento histórico sobre a maternidade nos permite perceber que houve uma mudança na relevância dada à mãe e nas formas de exercício da função materna, que estão ligadas a transformações sócio histórico culturais que afetaram a família, além de

contribuir para uma maior compreensão sobre as vicissitudes atuais que a cercam e os processos afetivos que envolvem o relacionamento entre seus membros.

Badinter (1985) e Ariès (1981) relatam que, em períodos como a Antiguidade e Idade Média, predominava o poder paterno dentro da família, em detrimento do materno, configurando um sistema familiar apoiado ideologicamente pela teologia cristã e pelo absolutismo político. Não existia ainda o que Ariès (1981) denomina de “sentimento de infância”, sendo a família uma realidade moral e social mais do que sentimental, cujas relações baseavam-se em fatores como idade, virtuosidade, dote, classe social, honra da linhagem, preservação do nome e integridade do patrimônio. A família cumpria, assim, a função de transmissão da vida, dos bens, dos costumes e do nome, não havendo preocupação com os laços afetivos e nem com a educação formal das crianças.

Estes valores faziam com que a relação pais-filhos fosse marcada pela violência física, pelo predomínio da autoridade paterna e, especificamente a relação mãe-filho, marcada pelo distanciamento afetivo, pela recusa em amamentar, o que deu origem à prática comum nos vários países europeus e no Brasil, de entregar as crianças para serem amamentadas por amas-de-leite, mulheres pobres e doentes, que o faziam em busca de retorno financeiro. Além disso, era comum que bebês fossem abandonados, ainda recém-nascidos: os “expostos”. A infância tinha curta duração, seu término ocorrendo por volta dos 5 anos de idade (SILVA, 1998).

Neste contexto de abandono, até o século XVIII, a taxa de mortalidade infantil era elevada, de modo que as mães desenvolviam uma frieza emocional a fim de não se apegarem a seus bebês e sofrerem, caso o perdessem. Badinter aponta a indiferença materna como uma defesa, que “serviria inconscientemente de couraça sentimental contra os grandes riscos de ver desaparecer o objeto de sua ternura” (1985, p.85). Contudo, a despeito deste aparente

distanciamento afetivo e das dificuldades enfrentadas pelas mães, o amor materno sempre existiu, embora não se pudesse dizer que era um amor universal.

Foi durante os séculos XVII e XVIII que emergiu o sentimento de família, com a privatização da vida familiar e o conseqüente aumento da intimidade e da demonstração de afetos, passando a criança a ser valorizada, à medida em que “se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de ‘paparicação’ ” (ARIÈS, 1981, p. 100).

Ao mesmo tempo, com os progressos da higiene e a introdução do leite animal, a distância materna em relação aos filhos diminuiu, tendo as mães assumido mais efetivamente os cuidados com os filhos, a partir de então considerados frágeis. Por meio dos preceitos de Rousseau e da Filosofia das Luzes, bem como dos conselhos de moralistas, administradores e médicos, as mães foram estimuladas a amamentar seus filhos e a se preocupar com sua higiene e saúde física. Na verdade, a criança passou a ter um valor mercantil, sendo considerada uma riqueza econômica em potencial e investimento útil para a transmissão do patrimônio, por isso o Estado passa a se preocupar com sua perda (ARIÈS, 1981).

A partir do século XIX, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição (SARTI, 2003). Paralelamente, emerge o amor romântico, descrito por Giddens (1993) como um sentimento de perspectiva individual, que vincula amor com liberdade. Baseada na reciprocidade de sentimentos, a nova família valoriza a divisão do trabalho entre o casal e o filho passa a ser considerado um sujeito, sendo tanto o pai como a mãe veículos de transmissão psíquica (ROUDINESCO, 2003).

A mulher, enfim, passa a ser vista como um indivíduo e não meramente como “mulher-natureza”, à medida que ingressa no mercado de trabalho e adquire um domínio maior da possibilidade de reprodução, com a criação dos métodos anticoncepcionais. Busca o prazer próprio e preocupa-se mais com sua imagem, sem correr o risco de ser condenada

moralmente (PEIXOTO et all, 2000). No que se refere ao papel materno, uma consequência desta mudança, como atesta Chodorow (1990), foi o consequente aumento da função materna psicológica da mulher em detrimento de seu papel biológico, de procriação.

Apesar da emancipação feminina, Peixoto et all (2000) e Giddens (1993) destacam a desigualdade de expectativas que incidem, ainda hoje, sobre o homem e a mulher, pois ainda se espera que os homens sejam “indivíduos sem família” e das mulheres se exige que a maternidade se sobreponha à profissão. A idealização do papel materno e a associação da maternidade com a feminilidade, parte integrante da moderna construção da maternidade, reforçou a diferença entre a imagem do homem e da mulher, criando um modelo de “dois sexos” identificados com de um lado as ‘atividades’, e, de outro, com os ‘sentimentos’.

Roudinesco (2003), porém, afirma que a mãe moderna assume uma função mais masculinizante e o pai uma função maternalizante, à medida que passa a dedicar-se mais ao cuidado dos filhos. Para a autora, o modelo de família conjugal não é mais o único possível, pois os tratamentos contra a infertilidade - fecundação in vitro, inseminação artificial e os bebês de proveta - fizeram com que a presença do pai e sua soberania simbólica na vida da criança fossem redimensionadas. Surgiram, ainda, as mães de aluguel e as experiências de clonagem que impactaram a vida familiar, gerando uma multiplicidade de conflitos e discussões bioéticas.

Apesar destes conflitos, também associados à maior independência feminina e o crescimento do número de divórcios; os laços de parentesco são mais humanizados e a família contemporânea se pretendeu “frágil, neurótica, consciente de sua desordem,” recebendo novas conceituações, como famílias “co-parentais”, “recompostas”, “monoparentais”, “biparentais”, “multiparentais” ou “pluriparentais” (ROUDINESCO, 2003, p.153).

Ainda a respeito da fragilidade da família contemporânea, Belhadj (2000) e Peixoto et all (2000) ressaltam que as mudanças na vida familiar, levaram a uma

reinterpretação dos modelos conjugais e familiares. A família contemporânea é, ao mesmo tempo, relacional e individualista, forte e frágil, à medida que, apesar da dissolução dos vínculos conjugais, a vida privada, representada pelo casamento, ainda é desejada por muitas pessoas.

Sobre o futuro da família, apesar de todas estas mudanças ocorridas em sua configuração e nos princípios nos quais se baseiam os laços afetivos, Roudinesco (2003) defende que a família contemporânea, horizontal e em “redes” vem garantindo a reprodução das gerações e que, embora feita de “feridas íntimas, violências silenciosas e lembranças recalçadas”, ainda representa um valor e um local de segurança ao qual as pessoas não desejam renunciar: “Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições” (p.198). Assim, apesar de cada vez mais dessacralizada, a família permanece sendo a instituição humana mais sólida da sociedade.

Através do exame conceitual sobre a maternidade, que pudemos apresentar acima, a contextualizamos como objeto sócio-histórico que se modifica no tempo-espaço da cultura. Desse modo podemos falar em “maternidades” e não em uma única forma de vivenciá-la e apreender sua complexidade enquanto fenômeno psicossocial que dialoga com a sociedade como um todo e ao mesmo tempo se constitui num espaço para o desenvolvimento de relações afetivas.

VÍNCULO AFETIVO: CONCEITOS E FATORES CRÍTICOS EM SUA FORMAÇÃO

O termo vínculo tem sua origem no latim “vinculum”, que significa uma união com características duradouras. De igual maneira, provém da mesma raiz que a palavra “vinco”, que se refere a alguma forma de ligação entre partes que se unem e que são inseparáveis, embora permaneçam delimitadas entre si. Vínculo também significa um estado

mental que pode ser expresso através de diversos modelos e abordagens (ZIMERMAN, 2010).

John Bowlby (2006 a) desenvolveu uma teoria designada como teoria da ligação, ou apego. Para o autor, o comportamento de ligação é concebido como qualquer forma de comportamento que resulta em que uma pessoa alcance ou mantenha a proximidade com algum outro indivíduo diferenciado e preferido, considerado mais forte ou mais sábio. Assim, a partir de um contexto evolutivo, a principal função do vínculo seria a de garantir a sobrevivência do indivíduo contra agentes predadores externos.

Pichon-Rivière (1998), para definir vínculo, nos remete à análise das relações de objeto. Para o autor, “relação de objeto é a estrutura interna do vínculo. Um vínculo é, então, um tipo particular de relação de objeto” (p.17). Essa relação envolve uma conduta mais ou menos fixa com esse objeto, que tende a se repetir automaticamente. Há dois campos psicológicos no vínculo, um interno e outro externo, sendo possível, portanto, estabelecer uma relação com um objeto interno e também com um objeto externo.

Bion (apud ZIMERMAN, 2010), afirma que um vínculo possui um aspecto relacional, com recíprocas influências entre as pessoas, que origina diferentes configurações vinculares, baseadas no amor, ódio, conhecimento e reconhecimento, e um aspecto emocional, que dá significado ao relacionamento. Nesta concepção, o vínculo não se dá apenas no mundo exterior do sujeito, mas em seu mundo interior, por isso o vínculo primitivo é capaz de continuar a interagir no presente.

Abordando o vínculo primitivo, Zimerman afirma que o primeiro vínculo consiste “na inter-relação do bebê recém-nascido com a sua mãe ou com alguma figura substituta dela” (2010, p.21). A formação deste primeiro vínculo é facilitada pela disposição inata do bebê para a vinculação, e não se inicia apenas com o nascimento deste, mas antes, já na história da gravidez, que por sua vez, envolve a história de vida do casal.

Autores como Nóbrega (2005), Bowlby (2006 b), Winnicott (2001) e Szejer e Stewart (1997) ressaltam que conceber um filho é um projeto que nasce do encontro de um homem e de uma mulher, podendo ser consciente ou não, e sofrer diferentes configurações, que já farão parte da história da criança. Assim, as motivações da gravidez são, por vezes, inconscientes: o desejo de engravidar pode ser motivado pela necessidade da mãe de ter um objeto de amor que nunca teve, uma tentativa de usar a vergonha de ter um filho ilegítimo como uma arma contra pais dominadores, ou ainda pode ser que o filho represente uma arma contra si mesma, por um desejo de autopunição enraizado e profundo, resultado de um acentuado sentimento de culpa. Desse modo, Bowlby afirma que muitas mães “se tornam mães solteiras por uma necessidade neurótica e não simplesmente por acidente” (2006, p.107).

Bowlby (2006a) e Winnicott (1998) destacam que as experiências infantis são fundamentais no processo de configuração e estabelecimento de vínculos afetivos futuros. A vivência da maternidade terá como pano de fundo todos os outros vínculos da vida da mãe, essencialmente o vínculo primitivo, com seus próprios pais. É neste sentido que a escolha do parceiro recebe influência dos modelos parentais, ocorrendo muitas vezes a “projeção fantasmática” do outro, mecanismo que faz com que se idealize o parceiro de acordo com os próprios desejos.

Ao se tornarem pais, surge uma nova relação entre o casal, influenciada pela história de seu relacionamento. Cada gravidez se insere num determinado momento da vida do casal, é diferente e tem o seu próprio significado, evocando para o pai e para a mãe, sua própria história e os remetendo a ela. Para Szejer e Stewart (1997) esse fato é, muitas vezes inconsciente, entretanto, “nem por isso menos real, porque o lugar que cada um ocupou e ocupa ainda em sua linhagem deixa marcas, faz parte de cada um e é em função desse lugar que cada um deles se estruturou” (p.67).

Da mesma forma, a gravidez é estruturada tanto sobre elementos da realidade quanto das fantasias maternas. Durante a gestação, podem surgir sentimentos ambivalentes em relação ao feto, de rejeição e ansiedade. Contudo, se houver aceitação e predomínio de sentimentos positivos, as chances de formação de um vínculo positivo com o bebê são maiores (NÓBREGA, 2005).

Processos regressivos podem ocorrer com a grávida, fazendo com que ela deseje “voltar atrás, voltar a ser a filhinha de sua própria mãe” (SZEJER e STEWART, 1997, p.87). Winnicott afirma que a mãe “já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe” (1988, p.4).

Os sintomas típicos da gravidez, como enjoos, náuseas, hipersonia durante o dia e insônia à noite, e até mesmo os choros, se assemelham às primeiras funções do recém-nascido, reforçando a hipótese de que a mãe, através de um movimento de regressão, entra em contato com sua própria infância.

O momento do nascimento é de fundamental importância para o vínculo mãe-filho, podendo intensificá-lo. Para Szejer e Stewart (1997), a mulher que dá à luz vive um rito de passagem que lhe permite dar à luz a si mesma. Tettamanti (2008) afirma que a maternidade é uma infinita sucessão de partos, onde a experiência de parir se repete em cada etapa do desenvolvimento da criança.

Além de tomar consciência da separação de seu filho, o nascimento é o momento em que surgirá a criança, antes um filho em potencial, que passa a ter um estatuto de sujeito de direito e o status de pessoa. Winnicott (1988) ressalta que cada bebê é desde o começo uma pessoa, necessitando ser conhecida por alguém, e que ninguém pode conhecer melhor um bebê que a própria mãe. O bebê também aprende logo a interpretar a mãe, por isso é considerado ativo no processo de vinculação, à medida que suas capacidades

comportamentais de ver, ouvir e se mover, provocam respostas na mãe, iniciando interações recíprocas (NÓBREGA, 2005).

A regressão materna, quando propicia identificação com o bebê, é extremamente útil para que os primeiros cuidados efetuados à criança sejam saudáveis. Para Chodorow (1990) a aptidão para cuidar de uma criança decorre do fato da mãe haver vivenciado este tipo de relacionamento quando criança, e ser capaz de regredir, embora permanecendo adulta, ao estado psicológico daquela experiência. Assim, as pessoas que vivenciaram o amor primário têm algum aspecto do eu que deseja recriar estas experiências e esta capacidade não é exclusiva das mulheres, mas pode ser exercida por homens e mães adotivas, por exemplo.

Este processo de identificação com o bebê foi muito bem descrito por Winnicott (1983) que o denominou de “preocupação materna primária”, descrita como uma sensibilidade que faz a mãe perceber e suprir as necessidades de seu filho, lançando as bases de sua saúde mental, processo este essencial, uma vez que o bebê experimenta angústias muito fortes nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional, antes que seus sentidos estejam organizados e seu ego desenvolvido. É em virtude desta dependência do bebê que Bowlby afirma que “a mãe, nos primeiros anos de vida da criança, funciona como sua personalidade e consciência” (2006 b, p.55). No mesmo sentido, Bion (apud ZIMERMAN, 2010) usou a expressão “relação continente-conteúdo” para expressar a capacidade da mãe de acolher e processar as angústias, anseios, medos, necessidades e desejos de seu filho.

Winnicott (1988) usa o termo “mãe devotada comum” para designar aquela mãe que, naturalmente, se adapta de forma sensível e ativa às necessidades do bebê, que no início são absolutas. O rumo do desenvolvimento, porém, deve percorrer um estágio de dependência absoluta, rumando para a dependência relativa e culminando na independência, que nunca será absoluta. Em estado saudável, o indivíduo nunca está isolado, mas preserva uma interdependência com o ambiente. A criança, no estágio de dependência absoluta, acredita que

o mundo é criação sua, mas ao atingir outros estágios, deve viver um processo de “desilusão”, facilitado pela mãe, à medida que esta permite um contato cada vez maior do bebê com a realidade. Porém, esta desilusão deve ocorrer apenas depois da mãe ter proporcionado ao bebê uma crença nas coisas e nas pessoas, um sentimento de confiança básica, característico do desenvolvimento saudável.

A relação mãe-filho pode, entretanto, ser patológica, quando, por exemplo, gera problemas de fusão. Se a mãe, ou a pessoa que desempenha este papel, tiver sido uma criança carente em sua história inicial, terá dificuldade em cuidar sozinha de seu bebê, da mesma maneira que ela ainda precisa ser cuidada, em virtude de um sentimento de desamparo, caracterizando o que ressalta Winnicott (1988) como o confronto de desamparos.

Outra situação possivelmente indicadora de fusão patológica é a amamentação prolongada. Quando prolongada, pode indicar que a mãe permanece num estado de fusão com a criança, impossibilitada de reconhecer a alteridade de seu filho, o que terá consequências sobre o seu desenvolvimento (SZEJER e STEWART, 1997).

Num extremo, a perda de interesse pela criança prejudica sua saúde emocional, aumentando o risco de doenças, desnutrição ou retardo no desenvolvimento. As dificuldades maternas podem ser decorrentes da existência de transtornos psíquicos como a ansiedade e a depressão pós-parto, gerando para o bebê, na visão de Winnicott (1988), uma experiência de desintegração. O bebê foge destas sensações de desintegração que a experiência de distanciamento materno suscita, se recolhendo em si mesmo ou desenvolvendo um “falso self”, que surge em virtude da necessidade de agradar a mãe. Ao invés de viver a experiência da criatividade e da espontaneidade, entrando em contato com sua essência, a criança desenvolve a capacidade de reconhecer qual o desejo da mãe em relação a ela e, assim, se submete aos seus desejos.

É neste sentido que Zimerman (2010) acrescenta a noção de “vínculo do reconhecimento”, defendendo que o ser humano necessita reconhecer a si próprio e ao outro como alguém diferente dele, para que o processo de individualização seja bem sucedido.

Constata-se, enfim, que o estado psíquico da mãe é muito importante, pois determina a qualidade dos cuidados que ela oferece ao seu filho. Pela possibilidade da existência de transtornos maternos e reconhecendo “o quão vulnerável é a mãe”, Winnicott (1988) recomenda que figuras de apoio para a mãe se façam presentes, como o parceiro e outros membros de sua família, para que ela se prepare e exerça melhor seu papel, buscando ajuda profissional nos casos dos transtornos psíquicos.

Em síntese, a partir desta reflexão sobre o vínculo mãe-filho, constata-se que este, por ser o mais primitivo, lança as bases para a saúde mental do indivíduo, e que existem momentos críticos em sua formação, que vão desde o relacionamento do casal que gerou a criança até os primeiros cuidados com a mesma. As vivências psicológicas do pai e, em especial, da mãe, marcadas por sua própria história de vida, interferem na formação do vínculo afetivo com o filho, uma vez que determinam a qualidade dos cuidados oferecidos à criança e o envolvimento emocional com a mesma.

TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES

O tema da transmissão psíquica está presente desde a Antiguidade, tendo sido abordado por Freud e, nos últimos anos ganhou impulso através da Psicanálise. Nela os trabalhos têm buscado articular a realidade psíquica do sujeito à realidade do grupo no qual se insere (GRANJON, 2000). A transmissão é um processo que ocorre ao longo de um tempo, que nem sempre é linear, mas pode ser circular, intermitente, como ocorre nos sistemas complexos, em que diferentes tempos coexistem ou se excluem.

O que se transmite ao longo do tempo são traços, que representam a memória de um afeto, e que se mantêm vivos, embora inconscientes. Granjon (2000) afirma que não são

os acontecimentos mais dolorosos os únicos que, uma vez transmitidos, serão traumáticos, mas qualquer acontecimento cujo afeto não seja expresso, nem representado. Ainda sobre o que é transmitido, Inglez-Mazzarella (2006) afirma que “toda a vida psíquica encontra-se no impulso para transmitir algo: afetos, mecanismos de defesa, sintomas, traumas...” (p.80).

Bion (apud KAËS, 2001) definiu dois tipos de objetos que podem ser transmitidos: os objetos psíquicos inconscientes transformáveis, que formam a base e a matéria psíquica da história familiar que é transmitida ao longo das gerações, e os objetos psíquicos não-transformáveis, que permanecem inertes, não permitindo que haja transformação. Kaës (2001) acrescenta que a transmissão pode se organizar a partir do que não adveio, do que é ausência de inscrição e representação. Esta ausência de representação se constitui na dimensão negativa da transmissão, que ocorre quando as vivências do sujeito não são registradas em palavras. O aspecto patológico da transmissão acontece, assim, quando não há a possibilidade de simbolização das situações traumáticas vividas.

Apesar de possuir um aspecto patológico, a transmissão pode ser positiva, pois uma geração não pode existir sem aquela que a precede e deve criar outra para perpetuar a vida para além de seu desaparecimento. Sendo assim “há, antes de tudo, a vida a ser transmitida” (GRANJON, 2000, p.25). Na visão freudiana existe uma espécie de impulso para transmitir, em virtude da necessidade narcísica de conservação e de continuidade da vida psíquica, caso contrário, as gerações estariam num processo contínuo de recomeçar a aprendizagem da vida (KAES, 2001).

A psicanálise apresenta uma concepção de sujeito como “sujeito do inconsciente”, da herança, sujeito de um grupo. Assim, os autores psicanalíticos abordam o tema da transmissão psíquica a partir do inconsciente e do intersubjetivo. O grupo precede o sujeito, o que significa que o ser humano, ao nascer, é inevitavelmente nele incluído e passa a pertencer a um conjunto intersubjetivo que segundo Kaës (2001, p.13) nos mantém como “servidores e

herdeiros de seus sonhos de desejos insatisfeitos, de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias”.

O grupo familiar, as instituições e as situações de massa, sendo os grupos aos quais o sujeito está ligado, vão designar lugares, apresentar objetos, ritos, ideologias, indicar limites e impor interditos. O sujeito se torna membro deste grupo e se constitui como tal através da linguagem, se tornando sujeito “falante” e “falado”. Ao herdar o que é transmitido pelo grupo, que, nas palavras de Kaës (2001), são “predisposições significantes”, o indivíduo tem a tarefa de construí-los, organizá-los e transformá-los, sendo este processo denominado de “aquisição apropriativa” da herança. Para Granjon (2000) esta apropriação nunca é totalmente passiva e sempre há um trabalho de reconstrução na passagem de uma geração a outra.

Kaës (2001) apresenta a noção de “trabalho psíquico da transmissão”, entendido como o processo e o resultado de ligações psíquicas entre aparelhos psíquicos e como se pode operar transformações através dessas ligações. Envolve o que é recebido e transformado no processo de apropriação do sujeito da herança, à medida que este assume o pensar sobre o que herda, através de uma “reinscrição interpretativa” (p.69).

Entretanto, quando não há um processo de transformação do que é transmitido, permanecendo os conteúdos da transmissão em estado bruto, a tarefa apropriativa não é cumprida, o que origina a modalidade negativa da transmissão, a “transmissão transpsíquica”, aquela na qual não há uma retomada transformadora da transmissão e que se dá “através” dos sujeitos. Inglez-Mazzarella (2006) acrescenta que a transmissão transpsíquica ocorre através das gerações no sentido descendente, sem contato direto, ou seja, as gerações passadas transmitem às gerações presentes um material não transformado e não simbolizado, constituído de segredos, não - ditos e interditos.

Kaës (2001) esclarece que a patologia da transmissão, embora afete um sujeito em sua singularidade, não pode por definição ser um atributo seu, mas uma formação que é mantida e transmitida no processo psíquico do conjunto intersubjetivo. É o “pacto denegativo”, processo pelo qual aquilo que é recalçado, recusado, rejeitado, é imposto nas relações subjetivas em grupos como a família, o casal e até nas instituições. Sendo um acordo inconsciente, o pacto denegativo atende ao interesse de todos os membros, que se organizam a partir de identificações comuns, de crenças semelhantes. As resistências que mantêm o pacto denegativo são poderosas e uma de suas funções é preservar o vínculo entre aqueles que a mantêm, sob pena do sujeito se sentir excluído. Assim, ao mesmo tempo em que possui uma função defensiva, o pacto denegativo organiza a convivência entre os membros, ainda que negativamente, criando, “no conjunto do não-significável, do não-transformável, zonas de silêncio, bolsões de intoxicação, espaços-lixeiros ou linhas de fuga que mantêm o sujeito estranho à sua própria história” (KAËS, 2000, p.46).

Descrevendo o processo de alienação presente na transmissão transpsíquica, Granjon (2000) afirma que quando não há um espaço de separação, uma devida distância entre o transmissor e aquele a quem se transmite, o sujeito é colocado num estado de alienação, passando a ser portador de uma história que não lhe pertence e a qual não tem acesso, fazendo com que renuncie à sua própria subjetividade. Nas palavras da autora, quando um acontecimento com potencialidade traumática não é adequadamente elaborado, se converte em “passados sob silêncio”, mantidos em segredo, produzindo “restos insensatos”, “enigmas”, “impensados”, “assombrações”, “criptas”, uma vez que a transmissão da vida psíquica é passível de “bloqueios”, de “panes” e de retenções.

Baranes (2001) também se refere ao processo de alienação quando afirma que “o transgeracional é (...) a repetição até a caricatura que liga uma geração à outra numa identificação alienante” (p.199). Para o autor, o transgeracional só pode ser pensado como

estrutural na psique, um dado fundamental em sua constituição, tanto de forma positiva, quando permite o que denomina de operação de transformação quanto de forma negativa, quando origina uma transmissão alienante.

Correa (2000) aponta as consequências dos silêncios e segredos, uma vez que a “falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no tecido grupal comunitário, limita ou impede o acesso aos processos de simbolização que organizam uma cadeia de significantes (p.65)”. Contudo, mesmo não inscritos nem representados, estes conteúdos psíquicos supostamente silenciados continuam ativos na vida do indivíduo, presentes em seu inconsciente, processo descrito por Winnicott (1963) como um “vivido não vivido e sempre a reviver.” Os sintomas patológicos são reveladores destes conteúdos reprimidos e representam uma tentativa do indivíduo simbolizá-los.

Quando, porém, ao invés de predominarem os silêncios e o não simbolizado, houver elaboração e transformação dos conteúdos transmitidos, efetua-se a transmissão intergeracional ou intersubjetiva, que se dá “entre” sujeitos, pois há a experiência da separação entre os mesmos (KAËS, 2001). Para Inglez-Mazzarella (2006) há modificação do que foi transmitido intergeracionalmente, pois transformações e ligações podem ser realizadas pela descendência, haja vista que uma geração fica situada em relação às anteriores, “e os integrantes dela, inscritos numa genealogia, podem fazer da herança algo próprio (p.82)”.

Correa (2000) usa a expressão metabolização do material psíquico para se referir à transmissão intergeracional, afirmando que este material metabolizado assim será transmitido à geração seguinte.

Tendo em vista que o grupo familiar é considerado um grupo primário, no qual ocorrem as primeiras e principais transmissões psíquicas, torna-se importante pontuar a relação pais x filhos, a forma como se dão as transmissões pelos pais e a apropriação por parte dos filhos, analisando esta relação desde a infância.

Para Kaës (2001), o espaço originário da intersubjetividade é o grupo familiar, na medida em que ele precede o sujeito e permite o estabelecimento de relações de diferença e de complementaridade. Para Peixoto et all (2000), a criança se individualiza no seio da família, espaço no qual, através do amor, se constrói a identidade pessoal. A criança precisa do olhar do outro para tornar-se ela mesma, ao mesmo tempo em que os pais tentam consolidar o seu “eu” ao educar os filhos.

Discutindo a transmissão alienante através da relação pais-filhos, Faimberg (2001) afirma que esta ocorre quando os pais ocupam o lugar da criança, que fica sujeita ao que eles lhe dizem ou calam. Desta forma, os pais transmitirão à criança conteúdos definidos a partir da estrutura de seu psiquismo e de seu inconsciente. Surge, então, a questão de como a criança recebe estes conteúdos e que fatores a fazem incorporá-los ou reinterpretá-los.

Analisando a forma como a criança se apropria do que lhe é transmitido e ressaltando o papel da figura materna, Chodorow (1990) defende que todos os aspectos da estrutura psíquica são sociais, adquiridos e transformados internamente através de processos inconscientes, uma vez que, os conteúdos que serão internalizados dependerão dos afetos predominantes nos primeiros relacionamentos objetivos da criança.

A transmissão de sentimentos entre mãe e filho inicia-se durante o período fetal, durante o qual a criança já absorve as mensagens que lhe são transmitidas, e se intensifica após o nascimento, através dos cuidados a ela dispensados. Quando estas mensagens são transmitidas sem significação, se tornam enigmáticas e incompreensíveis para a criança, que delas se torna depositária e forçosamente herdeira, acarreta prejuízo para sua individualização, e tem seu processo de singularização comprometido (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006).

Além disso, se os conteúdos transmitidos forem muito negativos e invasivos, a criança, por não contar com um psiquismo maduro o suficiente para compreendê-los, corre o risco de se identificar ao negativo, àquilo que não pôde ser elaborado por seus pais. Assim,

para “libertar” os pais, a criança se constitui num “continente de negativo”. Para isso, ela “toma o lugar e não a carga daquilo que deveria ser mantido escondido, daquilo que não deveria ser dito nem pensado [...] A criança não é mais herdeira, mas torna-se o negativo de seu conteúdo” (GRANJON, 2000, p.30).

Refletindo sobre o processo de transmissão de valores no mundo contemporâneo, Rocha Coutinho (2006) afirma que diferentemente do passado, em que um modelo identitário era fornecido a cada um de seus membros e em que valores e padrões de comportamento mais ou menos estáveis eram passados de geração a geração, presencia-se agora um momento de indefinição e ausência de modelos fixos e imutáveis. Estes valores e padrões de comportamento tradicionais parecem coexistir, muitas vezes em conflito, com novos valores e padrões de comportamento no interior das famílias. Isto porque, apesar da família desempenhar importante papel na transmissão e perpetuação de valores e comportamentos, estes não podem ser dissociados da realidade social mais ampla na qual a família está inserida.

De acordo com Esteves e Borges (2007), o conceito de transgeracionalidade vem sendo cada vez mais usado no entendimento da dinâmica das relações entre mãe-bebê. Os autores definem o conceito como uma transferência - normal ou patológica - realizada sobre o bebê, impondo-lhe, dessa forma, a partir de outra(s) geração(s), a marca, para melhor ou para pior, de experiências psicológicas oriundas dos genitores.

A criança pode assim, se ver no papel de ter que preencher um vazio de alguém que não pôde realizar seu luto, que não pôde diferenciá-la como um ser separado. Este alguém que a obriga a ocupar este lugar pode ser a própria mãe, com seus desejos, que transmite algo que a criança não pode simbolizar. O contrário ocorre quando, transformando a herança, o sujeito pode herdar e receber a transmissão como uma criação. Os elementos da história do sujeito, que ele recebe sem saber, são por ele reinventados, reencontrados e recriados.

Enfim, o estudo das modalidades de transmissão psíquica reveste-se de fundamental importância para a compreensão das relações patológicas entre pais e filhos, e suas consequências, como dificuldades no desenvolvimento da identidade, passíveis de gerar quadros patológicos na infância. A análise dos fatores que intervêm na transmissão dos afetos é, também, fundamental para a compreensão das diferentes modalidades de vinculação mãe-filho, uma vez que a mulher, ao se tornar mãe, já é portadora de uma história própria e suas vivências infantis poderão ser reativadas no momento em que se torna mãe. Neste sentido, os princípios que compõem a análise da transmissão psíquica, como a importância das relações intersubjetivas, os mecanismos de defesa que sustentam a transmissão de conteúdos não elaborados, a função da transmissão, e as formas de apropriação são assim primordiais para a compreensão mais aprofundada do processo de formação do vínculo mãe-filho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARANES, Jean-José. Tornar-se si mesmo: avatares e lugar do transgeracional. In: KAËS, René, FAIMBERG, Haydée, ENRIQUEZ, Micheline, BARANES, Jean José. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BELHADJ, MARNIA. Mulheres francesas de origem argelina: conquista da autonomia e reelaboração dos modelos familiares tradicionais. In: PEIXOTO, Clarice, SINGLY, François, CICHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 a.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 b.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CORREA, Olga (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

ESTEVES, Carolina Marocco, BORGES, Edson Sá. O resgate do vínculo mãe-bebê: estudo de caso de maus tratos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.27, n.4, dez. 2007, p.760-775.

FAIMBERG, Haydée. Escuta da Telescopagem das gerações: pertinência psicanalítica do conceito. In: KAËS, René, FAIMBERG, Haydée, ENRIQUEZ, Micheline, BARANES, Jean José. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p.129-145.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da identidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora de Universidade Estadual Paulista, 1993.

GRANJON, Evelyn. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, Olga (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000, p.17-43.

INGLEZ-MAZZARELLA, Tatiana. **Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações**. São Paulo: Escuta, 2006.

KAËS, René. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. In: CORREA, Olga (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000, p.45-59.

KAËS, René, FAIMBERG, Haydée, ENRIQUEZ, Micheline, BARANES, Jean José. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

NÓBREGA, Fernando José. **Vínculo mãe-filho**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

PEIXOTO, Clarice, SINGLY, François, CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PICHON-RIVIERE, Enrique. **Teoria do vínculo**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003, p. 39-49.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SZEJER, Myriam, STEWART, Richard. **Nove meses na vida da mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

TETTAMANTI, Adriana. Mãe e filho: segredos de uma relação. São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2008.

WINNICOTT, Donald Woods (1963). **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

_____. **Os bebês e suas mães.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O medo do colapso. In: WINNICOTT, D.; SHEPARD, R.; DAVIS, M. **Explorações Psicanalíticas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ZIMERMAN, David E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento, na psicanálise e em nossas vidas.** Porto Alegre: Artmed, 2010.